



Eleições 2020

Jocilene Melo busca vereança para garantir projetos sociais

Rafael Belo

Aos 50 anos, Jocilene Melo da Silva Carneiro decidiu utilizar a política como instrumento para potencializar projetos sociais e, assim, colocou seu nome à disposição para ser pré-candidata a vereadora em Campo Grande pelo Podemos.

Jocilene Melo é teóloga, educadora social e acadêmica de Direito, trabalhando há mais de 20 anos com crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. É uma das gestoras da Associação Getsêmani, que oferece o projeto Pingo do Céu no Jardim Noroeste para crianças e adolescentes de 4 a 15 anos.

“Oferecemos principalmente reforço escolar no contraturno, porque é a educação que vai se transformar realmente na porta de entrada desses jovens para uma vida melhor”, pontuou Jocilene Melo. A pré-candidata diz que o local onde as famílias atendidas residem é uma área invadida da concessionária de energia que atende Campo Grande. O local é conhecido como Favela do Linhão por ficar debaixo de uma rede de alta-tensão.

Jocilene Melo é a quarta filha de seis. Foi órfã de mãe muito cedo e foi o pai que a criou com os irmãos, mas eles viviam separados nas casas

dos parentes. Nascida em Campo Grande, tem quatro filhos e cinco netos. Hoje mora apenas com o marido. Não acredita no assistencialismo, mas vê que quem ajuda o faz como pode, e geralmente é com alimentos e com a leitura da Bíblia. A falta de recursos e a burocracia fizeram Jocilene Melo sair do que chama de luta passiva para a ativa.

“O Estatuto da Criança e do Adolescente é lindo, mas a criança não tem nem uma moradia digna como é de direito, então vi que só a política pode mudar essa realidade. É chamar pai e mãe para levantar e trabalhar. Capacitar para sair da situação que estão. Os vereadores são pais e mães, que deveriam representar, orientar e fazer valer os direitos de seus filhos que são a população. Um filho pode não valer nada, mas é minha responsabilidade”, refletiu.

Para Jocilene, agora é hora de partir para cima com a política. “Porque para cima eu sempre parti. Sem recursos, dependendo de doações que podem ou não vir. Se eu for eleita vou empoderar os gestores de ONGs sociais que têm o dom, o chamado para servir realmente e assim todos terão condições de ajudar as famílias a encontrarem a porta da oportunidade e mudarem de realidade pela educação”, finalizou.

Adiamento

Bancada de MS apoia adiar eleições, mas existe resistência na Câmara

Senado tem consenso para mudança, porém deputados federais divergem

Andrea Cruz

Entre os deputados federais de Mato Grosso do Sul, o único que se posicionou contra o adiamento de datas das eleições municipais foi o bolsanarista Luiz Ovando (PSL), e parece que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2020 também terá resistência entre os parlamentares da Câmara Federal. Já que outros deputados também passaram a emitir opiniões contrárias, em relação à pauta.

“Sou contra. Não vejo nenhum propósito nessa iniciativa, defendo que as datas das eleições não sejam modificadas”, disse Ovando.

Ele, ao mesmo tempo destaca que a PEC vai alterar os incisos I e II do artigo 29 da Constituição. “Além disso é preciso observar o caput, incisos e parágrafos do artigo 60 da CF, não se esquecendo de que o trâmite se impõe por solicitação de no mínimo 1/3 dos deputados ou senadores com 3/5 dos deputados e senadores favoráveis e em dois turnos nas duas casas. Não vejo com tanta facilidade essa decisão”, analisou.

O texto que trata do adiamento das eleições começou a ser discutido ontem no Senado Federal, e tem previsão de ser votado hoje (23). E, apesar

do entendimento entre senadores, entre os deputados o assunto ainda está longe de um consenso. Segundo o informado pela agência Folhapress, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defende o adiamento. Porém a posição não está pacificada entre os partidos que compõem a Câmara, e o próprio deputado reconhece. “Acho que no Senado tem maioria. Acho que na Câmara ainda não tem e talvez não tenha. O que tem de discutir é se os votos existem para o adiamento da votação ou não”, afirmou, em entrevista concedida na quinta-feira (18).

O impasse fez com que fosse abandonada uma das iniciativas para conciliar o tema, a constituição de uma comissão mista de deputados e senadores para estudar o adiamento. A divergência na Câmara reflete uma pressão de prefeitos, especialmente daqueles que buscam reeleição.

Pressão de prefeitos

A divergência na Câmara reflete uma pressão de prefeitos, em especial dos que buscam a reeleição. O tempo mais curto de campanha eleitoral é visto como um trunfo por quem tenta um novo mandato. Além disso, os adversários teriam de se adaptar à realidade da pan-

demia para depois conquistar eleitores, ampliando o uso de redes sociais, por exemplo, no lugar dos tradicionais comícios e do corpo a corpo.

Na semana passada, Maia defendeu a extensão do tempo de TV e rádio dos dias de exibição da propaganda eleitoral como forma de tentar equalizar as condições de candidatos na disputa. A divisão atinge algumas das maiores bancadas da Câmara, como a do DEM, PP, PL, MDB e Republicanos. Com isso, dificilmente a PEC teria apoio suficiente entre os deputados.

Votação

Para passar na Câmara, a proposta precisaria ser aprovada pelo plenário em dois turnos e obter o apoio de pelo menos três quintos dos deputados (308 votos). No Senado, também são dois turnos, e o respaldo tem de ser dado por ao menos 49 senadores.

Ainda de acordo com a Folhapress, um dos argumentos usados pelos congressistas que defendem a manutenção das datas do calendário do TSE é a falta de consenso sobre quando haverá, de fato, uma queda na curva da pandemia. Sem uma clareza sobre quando seria seguro realizar os dois turnos, eles avaliam que adiar para novembro ou dezembro seria inócuo.

Bancada de MS

Em Mato Grosso do Sul, pelo menos cinco dos oito deputados federais já opinaram sobre o assunto, e se posicionaram favoráveis ao adiamento do pleito por conta da pandemia. “Já se tornou inviável realizar a eleição na data prevista, que seria 4 de outubro. A pandemia nos obriga a mudar o calendário. Agora, deve-se discutir qual a melhor saída: se adia para novembro ou dezembro. Tudo vai depender das análises que serão feitas”, disse o deputado Beto Pereira (PSDB).

Também a favor, o deputado Fábio Trad (PSD) quer que as votações da PEC ocorram este mês e as definições sejam concebidas o quanto antes para não prejudicar o pleito. Ele cita que o adiamento é necessário em razão da pandemia e que existe a necessidade de aguardar o achatamento da curva de contágio no país.

Os deputados Vander Loubet (PT), Dagoberto Nogueira (PDT) e Rose Modesto (PSDB) também sinalizaram ser favoráveis ao adiamento.

Pelo calendário eleitoral, o primeiro turno das eleições municipais deveria ocorrer no dia 4 de outubro, mas o Congresso Nacional avalia o dia 15 de novembro ou 6 de dezembro.

Inconstitucional

MPF recomenda vetar lei que garante vaga na UEMS aos moradores de MS

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou ao governador de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambula (PSDB), na sexta-feira (19), que veto o Projeto de Lei 311/2019, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado na quinta-feira (18). A proposta reserva 10% das vagas nos cursos de graduação da UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) aos candidatos que morem no Estado por, no mínimo, dez anos ininterruptos.

Apesar de a lei ter passado pela CCJR (Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final) e posteriormente ser aprovada em dis-

cusão e votação, para o MPF o projeto é inconstitucional.

O Ministério Público diz ainda que a lei é contrária à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), pois “viola direitos básicos dos cidadãos brasileiros, o princípio da igualdade e a vedação à discriminação pela procedência ou origem”. A resposta deve ser encaminhada ao MPF no prazo de dez dias.

A recomendação destaca que o projeto confere vantagem competitiva apenas em virtude da origem geográfica do aluno, benefício que alunos de outros es-

tados não possuem. Este critério confere vantagem inclusiva ao aluno do sistema privado de ensino de MS, além de discriminar entre cidadãos com mais de dez anos de residência no Estado, e, portanto, aptos às vagas reservadas, e outros com menos que esse período, para fins de ingresso na UEMS.

Em caso de não acatamento da recomendação e sanção da lei, o procurador-geral da República deve ser acionado, já que cabe a ele propor ação direta de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal. (AC)

VOCÊ SABIA QUE AGORA, NO MATO GROSSO DO SUL, O EDITAL DE PROTESTO É ON-LINE?

Acesse nossa página e consulte se há algum edital em seu CPF ou CNPJ.

Você também pode realizar o cadastro em nosso sistema. Caso seu CPF ou CNPJ entre em edital, enviaremos um e-mail informando.

www.protestoms.org.br/edital-eletronico

f protestoms
 @ protestoms

Trav. Tabelião Nelson Pereira Seba, 50 | Chácara Cachoeira | Campo Grande - MS
comercial@protestoms.org.br | 67 3326 3712 | 67 99801 9965

Sabe como a gente vai dar aquela força para os empreendedores?

Encomendando roupas da sua vizinha costureira. Indo na padaria mais próxima. Comprando frutas e verduras dos produtores da cidade. Quando você valoriza e compra de quem é daqui, o dinheiro fica na economia local e ajuda a desenvolver toda a região.

EU COOPERO COM A ECONOMIA LOCAL

Participe desse movimento.

sicredi.com.br 5AC 0800 724 7220 Deficientes Auditivos ou de Fala: 0800 724 0525. Ouvidoria 0800 646 2519.